

GEOGRAFIA E ANÁLISE AMBIENTAL: UM ANO DE PANDEMIA

GEOGRAPHY AND ENVIRONMENTAL ANALYSIS: A YEAR OF PANDEMIC

GEOGRAFÍA Y ANÁLISIS AMBIENTAL: UN AÑO DE PANDEMIA

RESUMO

Este texto expressa uma reflexão, a partir da Geografia, em relação à questão ambiental. Para isto, considerando o ano que vivenciamos, de 2020, toma-se, como referência analítica, a pandemia do Covid-19. Aceitando que a Geografia é um campo do conhecimento, que busca compreender a realidade, enfatizando sua dimensão espacial, é feito o resgate de algumas categorias de análise espacial, procurando demonstrar a relação destas no deciframento da questão ambiental, considerando as diferentes escalas de análise. Reconhece-se o ambiente como uma dimensão passível de análise na Geografia, ou seja, o ambiente expressa uma das dimensões da produção do espaço (geográfico), sobre o qual se encaminha uma reflexão, que enfatiza categorias geográficas e escalas de análise no contexto ambiental, para, ao final, propor a resignificação do conceito de ambiente, dentro da Geografia.

Palavras-Chave: Geografia. Ambiente. Categorias espaciais. Escalas. Coronavírus.

ABSTRACT

This text expresses a reflection from Geography, regarding the environmental issue. For this, considering the year we experienced, 2020, the Covid-19 pandemic is taken as an analytical reference. Accepting that Geography is a knowledge field, which seeks to understand reality, emphasizing its spatial dimension, the rescue of some spatial analysis categories is made, in order to demonstrate their relationship in interpreting the environmental issue, considering the different scales of analysis. The environment is recognized as a dimension that can be analyzed by the Geography, that is, the environment expresses one of the dimensions of the (geographical) production of space, on which it is directed a reflection, which emphasizes geographical categories and scales of analysis in the environmental context, to finally propose the resignification of the concept of environment, within Geography.

Keywords: Geography. Environment. Spatial categories. Scales. Coronavirus

RESUMEN

Este texto expresa una reflexión, desde el punto de vista de la Geografía, en relación con la cuestión ambiental. Para ello, considerando el año que estamos viviendo, 2020, se toma como referencia analítica la pandemia de Covid-19. Aceptando que la Geografía es un campo de conocimiento que busca comprender la realidad, enfatizando su dimensión espacial, rescatamos categorías de análisis espacial, buscando demostrar la relación de ellas en el entendimiento del tema ambiental, considerando las diferentes escalas de análisis. El medio ambiente se reconoce como una dimensión que puede ser analizada en la Geografía, es decir, el medio ambiente expresa una de las dimensiones de la producción de espacio (geográfico), sobre la cual se dirige una reflexión, que hace empeño en las categorías y escalas geográficas de análisis en el contexto ambiental, para finalmente proponer la resignificación del concepto de medio ambiente, dentro de la Geografía.

Palabras Clave: Geografía. Medio ambiente. Categorías espaciales. Escalas. Coronavirus.

 Dirce Maria Antunes
Suertegaray¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, RS-Brasil.

Correspondência: dircesuerte@gmail.com

Recebido em: 05-01-2021

Aprovado em: 25-01-2021



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY-NC-SA 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.



INTRODUÇÃO

Este texto deriva de uma palestra organizada pela ANPEGE (2020), acrescido, aqui, de outras reflexões, feitas em diferentes lugares, sobre os tempos atuais de pandemia.

Aceitando que a Geografia é um campo do conhecimento, que busca compreender a realidade, enfatizando sua dimensão espacial, espera-se, dos geógrafos, uma decifração das transformações ocorridas no espaço geográfico desse momento singular, em suas diferentes escalas.

No curto espaço de tempo de seis, sete meses, em que o mundo mudou, o espaço geográfico se transformou, igualmente, e essas transformações são expressões das dinâmicas sociais e de suas repercussões na vida, desde a escala individual, até a dimensão social, planetária.

Nesse sentido, pretendo, aqui, colocar alguns elementos, que, ao longo desse tempo de isolamento, tenho observado, e que me fizeram pensar.

PANDEMIA E AMBIENTE

Que processo inicial promoveu essa transformação, gerando uma pandemia? Se atentarmos ao ponto de origem, as transformações ocorridas dizem respeito à difusão de um vírus (Corona), ou seja, é a partir da dinâmica da natureza que emerge a pandemia. Certamente, tal não provém de uma natureza natural, tratando-se de uma natureza, quiçá, para além da segunda. Para Capra (2020), em breve entrevista ao evento Fronteiras do Pensamento, o Coronavírus constitui um dos muitos vírus, que têm sua existência vinculada ao acoplamento com outros animais (no caso, morcegos), cujo retirada do hospedeiro promoveu a busca por um outro: os humanos. Tal desacoplamento, na compreensão de Latour (2020), gerou um processo de globalização, que nenhum outro processo econômico ou social conseguiu, e, ao se expandir, atingiu grande parte da humanidade, em todos os territórios do mundo. Ou seja, o organismo humano se mostrou um ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, aqueles que lidam com a questão ambiental na Geografia terão algo a investigar e uma das questões seria decifrar por que este vírus surge naquele lugar (inicialmente) e, não, em outro. Responder a esta pergunta, que parece simples,

implicaria analisar, de forma verticalizada, todas as dimensões envolvidas na propagação deste micro-organismo, sejam de ordem “natural”, sejam de ordem social (economia, política, cultura).

Este início da pandemia revela que um problema ambiental inicialmente local, poderá, certamente, ser global. Note-se que a referência a ambiente é utilizada, aqui, para a construção de uma compreensão que vai além de um possível impacto na natureza; mais do que isso, tal constitui uma transfiguração da natureza, que, ao mesmo tempo, transfigura o habitat humano. Estamos, então, diante de uma mundialização, que não é só econômica; trata-se de uma pandemia, decorrente do espriamento de um vírus pelo mundo. É certo que outras pandemias já ocorreram, mas há estudiosos, que já visualizam que, a partir de agora, virão outras, dada a arrasadora exploração dos recursos naturais.

No caso brasileiro, além das questões da saúde pública, do contágio e da morte em grandes proporções, há que se considerar que o governo brasileiro vem utilizando esta pandemia como um véu, para obscurecer outras ações, a exemplo das reveladas no texto da Carta Maior, de 20 de julho de 2020, de que me sirvo, como referência. Trata-se de documento produzido pela Coalizão Solidariedade Brasil, assinada por 18 organizações internacionais, endereçada ao Parlamento da UE e publicada no *Libération*, traduzida por Clarice Meireles, sob o título *É Preciso interromper as negociações com Bolsonaro*. O texto foi encaminhado à UE, no sentido de solicitar aos membros dirigentes desta instituição a não assinatura de ratificação do acordo comercial UE-Mercosul, prevista e tida como prioridade.

O artigo denuncia, além do desmatamento, a violação de direitos humanos, pelo atual governo brasileiro. Diz o texto:

[...] aproveitando da atenção da sociedade voltada para a crise da saúde, os projetos de megamineração e de desmatamento avançam na floresta amazônica. Os povos indígenas dependem desse ecossistema insubstituível, cujos recursos naturais estão mais do que nunca ameaçados. Nas aldeias indígenas a mortalidade é 1,5 vezes maior que a média nacional segundo a Articulação dos Povos Indígenas Nacionais. (ORGANIZAÇÕES..., 2020)

Por outro lado, publicações recentes, a exemplo do livro *Ecos do Fim do Mundo*, de 2020, trazem a discussão ambiental no contexto da pandemia. Nesse volume, Soares (2020) assim se expressa:

Em tempos de isolamento social, o meio ambiente se beneficia com a expansão do corona vírus com ruas e indústrias vazias, controle na poluição, o que vem provocando impacto significativo na luta contra as mudanças climáticas. A emissão de poluentes reduziu conforme o fechamento das fabricas e os meios de transporte nas ruas (GRANDELLE, 2020). No entanto, isso só está acontecendo por causa do isolamento que a população vivencia. Inclusive, nota-se uma melhoria na qualidade de vida nas cidades. Um exemplo da mudança nos costumes de consumo e a redução dos combustíveis fósseis (DA SILVA; DA SILVA; GURGEL, 2020, p. 142)

Particularmente, não diria “melhoria da qualidade de vida nas cidades”; talvez, a melhoria de alguns indicadores de clima, que mereceriam ser pesquisados com mais verticalidade. O consumo alimentar, associado à pronta entrega, por exemplo, produziu mais lixo nas grandes cidades do que no período anterior à pandemia.

Esse exemplo também indica que, hoje, o que acontece em um lugar poderá se constituir em uma questão global, entretanto, se o global explica algumas dimensões, em outras, a explicação demanda o entendimento de processos específicos dos locais, ainda que em articulação com o global, como, por exemplo, a mineração e o desmatamento, questões presentes na Amazônia brasileira, entre tantas outras.

AMBIENTE E ESCALA

A compreensão/explicação das questões ambientais envolve a articulação de escalas analíticas. A mudança da escala analítica implica reconhecer diferentes processos e agentes. Esses processos e agendas incidem no espaço geográfico de maneira igualmente diferente, dependendo da escala de análise. A análise em escala global é diferente daquela feita em escala local.

Para compreender o local, precisamos compreender suas determinações gerais e as formas como estas incidem, no âmbito local, uma vez que processos de escalas de análise mais amplas (globais) ocorrem de forma diferente dos de escalas próximas (locais) e processos gerais precisam ser decifrados, em conexão com os processos locais.

Daí vem a importância das categorias espaciais de análise na Geografia, como localização, extensão, distribuição, analogia e conexão.

De outro lado, a análise multiescalar não é um procedimento novo no campo científico, bem como não é um método específico. Todas as ciências, sejam naturais,

sejam sociais, quando desejam **explicar um fenômeno ou um evento**, trabalham em múltiplas escalas. Trago o exemplo da Geomorfologia, que, na explicação da gênese de seu objeto de estudo (relevo), constrói a sua análise, a partir da morfoscopia, passando pela distribuição dos sedimentos numa determinada estrutura sedimentar, além de identificar os ambientes de deposição desses materiais e as suas relações com as mudanças de clima, por exemplo.

Quem trabalha com a questão ambiental, da mesma forma, quando deseja explicar (que é diferente de constatar, de descrever), terá que decifrar, nas diferentes escalas, os processos envolvidos e, neste caso, com uma complexidade maior, pois se trata de investigar processos naturais e sociais, ou seja, é necessário estabelecer a conexão (princípio da Geografia), que é difundida, hoje, como complexidade (MORIN, 1990; 1996).

Estabelecendo uma análise deste tipo, dependendo do método adotado, pode-se construir modelos de explicação, por vezes, funcionais (com partes em interação), como os pressupostos da análise sistêmica, na sua construção inicial. Nesta leitura, o sistema é o todo.

Exemplos são as análises locais, para fins de identificação de impactos e para elaboração de diagnósticos e de medidas mitigadoras. Estas análises, em geral, ficam centradas em escalas locais ou regionais, a exemplo de estudos de bacias hidrográficas. O interesse é entender a funcionalidade, para promover a intervenção.

Este procedimento tem, como objetivo, contribuir com a gestão territorial, com a mitigação dos problemas ambientais e/ou com a tomada de consciência, por parte das populações locais, quanto as suas vulnerabilidades ambientais e a sua organização, no sentido de irem em busca de justiça social ou ambiental.

Tal análise poderá ser construída, considerando a multiescalaridade e, sob esta perspectiva, a explicação funcional corresponderá à decifração da funcionalidade ou à interação dos processos e suas consequências ambientais em um dado local, que se incorporará à análise mais ampliada/contextualizada, visando à explicação desta questão para além de sua funcionalidade, ou seja, à elucidação de sua gênese, em conexão com o natural e com o social.

Pode-se, ainda, compreender e/ou explicar a questão analisada (a questão ambiental, em nosso exemplo) num contexto totalizante, em que o todo não é a soma das partes e, também, não é a parte, mas compõe a parte, assim como a parte compõe o todo, não, só, funcionalmente, mas no decorrer de um processo histórico. A totalidade é produzida na dialética todo-parte, representando o conjunto de dimensões analisadas num determinado contexto, de que se deve explicitar as contradições.

Há, na escala local, uma diferenciação entre os processos de dispersão e os de controle, trazendo, como exemplo, aqui, a difusão do Coronavírus. Cabe decifrar como estes ocorrem, como se dá a expansão e o controle, em cada local, os quais derivam de uma teia de proposições sanitárias e de políticas, que demandam processos, em escala nacional ou em escala internacional

Exemplos são observados em cada local, nas escalas municipal e estadual e nos diferentes Estados-Nação. Trazemos, aqui, dois exemplos da maior importância para a sociedade brasileira: os desmatamentos e as queimadas na Amazônia e no Pantanal

No caso do desmatamento na Amazônia, a leitura global é de um bioma fundamental na preservação do planeta e nas mudanças globais. A análise é feita em escala cartográfica pequena e, na escala geográfica, consideram-se processos de grande amplitude e, portanto, mais abstratos, associados aos indicadores de clima, como temperatura e precipitações, produção/emissão de gás carbônico, exploração da natureza, além de seus limites de resiliência, consumo e desperdício, relacionado à produção de resíduos, entre outros. Esses processos são globais, ou melhor, expressam-se de forma universal no contexto do capitalismo.

Na escala nacional, a exemplo do Brasil, esses processos são politicamente conflituosos, principalmente, no atual governo, uma vez que o interesse deste é pela expansão do agronegócio e da produção de gado e pela exploração mineral. Aqui, há conflitos de interesses entre as escalas planetária e a nacional, que precisam ser levados em conta nas análises em escala nacional.

Na escala local, a degradação da floresta afeta as comunidades indígenas, suas vidas e suas culturas. Tem-se, nessa escala, a incidência de interesses globais, de interesses nacionais e de interesses regionais, que estão em conflito: os interesses nacionais, de devastação, para a apropriação e para a exploração de recursos, estão em

choque com os interesses globais, de preservação, e com os interesses locais, representados pelos espaços em que as populações vivem. Aqueles interesses se manifestam na ocupação de territórios de populações originárias e/ou tradicionais, enquanto estes interesses estão centrados na defesa de seus recursos de sobrevivência.

Neste contexto, cabe retomar algumas questões, como: quando nos referimos a riscos naturais, estes se configuram riscos naturais para quem?; quando nos referimos a impactos ambientais, sobretudo, na Geografia, estes impactos visam a quem?; quando propomos medidas mitigadoras de contenção de processos naturais, quais são as suas finalidades?; e, quando monitoramos processos naturais (terremotos, maremotos, abalos sísmicos, movimentos de massa, enchentes), esse monitoramento visa a quem?

Hoje, podemos defender a Amazônia, como bioma natural e necessário à produção da vida no planeta, assim como o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Pampa, no caso dos biomas brasileiros. Porém, incorpora-se a esta defesa, inclusive, em normativas mundiais (OIT), a defesa das populações, que, historicamente, vivem e coabitam esses biomas: as populações originárias e tradicionais.

GEOGRAFIA E AMBIENTE

Para trazer elementos de convergência com a **Geografia**, proponho a necessidade de compreensão dos processos, que promovem as transformações do espaço geográfico, frente à pandemia e a seus desdobramentos nos campos da política, da economia, da cultura, do ambiente e da natureza.

O futuro, que vem sendo chamado **Mundo Pós-Pandêmico**, é pensado como um mundo que não seria a repetição do que era, mas, para alguns, continuará sendo o que era. Por isso, a importância de entendê-lo, para podermos explicar as transformações do espaço geográfico, que, porventura, advirão desse tempo de crise e de contradições. E, de outro lado, pensar a urgência de uma produção, em Geografia, que expresse a leitura singular desta ciência, para que, assim, possa ser construído um diálogo mais ampliado no campo social.

Escutando, lendo e dialogando, ainda que virtualmente, nesses oito meses de isolamento, sou levada a refletir sobre a Geografia, na medida em que as análises geográficas produzidas no contexto atual são, em parte, praticamente as mesmas, sejam estas provenientes do trabalho de um sociólogo, de um antropólogo, de um

epidemiologista ou, mais amplamente, de um cientista político, sejam, de outro lado, tais apreensões resultantes das leituras de um ecólogo ou de um meteorologista.

Para me fazer entender, resgatei, ao longo desse tempo e de leituras sobre a pandemia, algumas categorias, que estão nos discursos, tanto dos epidemiologistas quanto nos de outros tantos profissionais, incluindo economistas, psicólogos e gestores públicos.

As categorias, às quais me refiro, são de cunho espacial e, portanto, revelam um vínculo forte com a Geografia, sendo passíveis de serem analisadas por esta disciplina. Adicionalmente, penso que a Geografia tem muito a contribuir e, me arriscaria a dizer, não, somente, com análises interpretativas, mas, também, com a representação das variáveis implicadas nas análises, através de mapas, por exemplo, que possam subsidiar discussões políticas e de gestão, em diferentes escalas de poder, ou a convivência social comunitária.

As categorias, que estão presentes nos discursos enunciados, hoje, sem muita análise e/ou reflexão, ou que são discutidas, neste momento, desde as esferas da econômica, até a da psicológica, e que expressam uma dimensão espacial, passível de ser analisada pela Geografia, são: mobilidade - imobilidade; distanciamento - aglomeração; concentração - dispersão; isolamento - aproximação; acolhimento - desacolhimento.

Tais categorias permitem construir uma explicação espacial para a reordenação/configuração do espaço geográfico, desde a escala global, até a escala local, e, sobretudo, permitem pensar temas a serem investigados nas diferentes especificidades da Geografia, como a cidade, o campo, o ambiente, a natureza, a educação, concebidos nos níveis local, regional, nacional ou global. Da mesma forma, nessas análises estão implicadas questões relativas ao território, à região, ao lugar, à paisagem e ao ambiente e à natureza.

As categorias em uso neste contexto pandêmico revelam o seu contrário. Esses contrários expressam conflitos, sob, no mínimo, duas dimensões: a saúde e a economia, mediadas, ambas, pela política.

Assim, podemos observar que a difusão do Coronavírus, desde a China, chegando à Europa, à África e às Américas, além de Austrália e de Nova Zelândia, decorre da **mobilidade** de pessoas e de grupos, que têm tal disponibilidade, ou seja,

estão sobrevoando um mundo que, na visão deles, é plano (no sentido hierárquico), conforme Niel Smith. Dizia Smith, ainda, em 2005:

Seria realmente bom, se o mundo fosse plano e, não, hierárquico. Muitos de nós lutam, há muito, por isso, e, é uma visão com a qual podemos nos identificar, facilmente. Mas é esse, precisamente, o truque egoísta do neoliberalismo: assumir que o mundo plano já existe, que a hierarquia foi abolida e que a igualdade governa a todos. O mundo pode ser plano para aqueles que podem pagar por uma passagem de avião de primeira classe, para voar sobre ele, olhando para uma superfície aparentemente plana, enquanto, para aqueles que olham os aviões que passam sobre a África Subsaariana ou sobre o interior da Índia, a oportunidade de conhecer Bombaim ou Nova Iorque ou Londres representada uma escalada impossível, um destino visível, apenas, pela mídia televisiva ou pela fantasia do cinema, se tanto. Para aqueles que frequentam as favelas de Bombaim, o Harlem de Nova York ou o East End de Londres, o preço dessa passagem de primeira classe, para ver o mundo plano, é absolutamente proibitivo. (SMITH, 2005, p. 9, tradução livre)

Embora o texto de Smith anteceda a pandemia, uma vez que foi escrito em 2005, também permite uma reflexão sobre a categoria mobilidade - imobilidade.

O impacto promovido na difusão do Coronavírus pela **mobilidade** humana de uma determinada classe social, diante do desconhecimento deste vírus e de suas condições objetivas de controle, demanda o seu contrário, ou seja, a **imobilidade**. Imobilidade, esta, que vai se expressar na política sanitária de isolamento espacial (ou social). No caso brasileiro, tal situação se plasma na imobilidade política, ou numa mobilidade rumo à necropolítica¹, termo criado por Achille Mbembe, que observa que este conceito é a expressão máxima da soberania, que reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

Nesta política, a mobilidade não tem sido limitada pelo isolamento, do ponto de vista da saúde; ao contrário, tem sido estimulada, pelos detentores dos poderes político e econômico. Enquanto não houver políticas de auxílio à **permanência no isolamento**, num país em que a necessidade de trabalho é fundamental na manutenção da existência da maioria dos brasileiros, viveremos o conflito mobilidade/imobilidade. Cada uma dessas ações implica possibilidades reais: a **imobilidade/isolamento** é, até o momento,

¹ Achille Mbembe é um filósofo e pensador camaronês, estudioso da escravidão, da descolonização e da negritude. É professor de História e de Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, bem como na Universidade de Duke, nos Estados Unidos.

a única forma de diminuição do contágio, enquanto a **mobilidade/aglomeramento** é, por sua vez, a forma de exercer o trabalho, sobretudo, para as populações das classes trabalhadoras.

Estas ações reproduzem espaços desiguais: enquanto os moradores das áreas ricas das cidades têm possibilidade de **isolamento** e o poder de impor a mobilidade aos mais pobres, as periferias vivem a contradição entre isolamento (impossível) e aproximação, resultante da necessária mobilidade. Ou seja, o isolamento é impossível, seja por necessidade econômica, seja pelas condições de existência. Aqui, refiro-me ao número de pessoas por moradia e às condições de moradia nos aglomerados periféricos de densidade populacional elevada.

Dessa forma, o distanciamento, enquanto política sanitária, não se efetiva, de forma ampliada, se, de um lado, a classe trabalhadora, diante da necessidade de sobreviver, não pode se distanciar, e, de outro, a classe alta (burguesia) força, através de um conjunto de mecanismos, tal ajuntamento. Não havendo distanciamento, haverá aglomeração, a exemplo daquelas encontradas nos trens urbanos e nos metrô. Das implicações das aglomerações para a saúde e, sobretudo, para difusão do Coronavírus, já sabemos.

Em outros espaços, com no Leblon, em Copacabana ou no Gasômetro (em Porto Alegre), a aglomeração não se faz por necessidade fundamental de trabalho, e, sim, em decorrência do sentimento individual de realizar um desejo por lazer. Nesse sentido, os indivíduos se aglomeram, buscam o coletivo e, contraditoriamente, anulam a solidariedade. Importa estar aglomerado, enquanto o prazer individual for desfrutado.

Este conflito, expresso de outra forma, também está presente nos territórios indígenas, a exemplo dos Yanomami, pois as lutas deste grupo passam por essas categorias. Eles lutam para evitar a mobilidade e a aglomeração de garimpeiros (cuja população é estimada em 20.000 pessoas), que já ocupavam suas terras, anteriormente, o que se agrava nos dias atuais, uma vez que, além da deterioração/degradação da natureza, que lhes dá a vida, esses grupos são os portadores do vírus, que faz com que os indígenas adoçam e morram, o que poderá, no limite, exterminá-los. Então, a luta e a defesa de seus territórios, questionando a concentração dos garimpeiros e exigindo sua dispersão, se configuram na questão de estabelecer um limite, uma fronteira.

Sob outra escala, tomam-se, como exemplo, as sucessivas regionalizações, que vêm sendo construídas e utilizadas nas políticas de controle do Coronavírus, visando a ações de isolamento. Tais mapas, a partir de uma perspectiva regional, revelam questões interessantes.

Por exemplo, a análise feita por Ferrão (2020) sobre a concentração/dispersão do Coronavírus em Portugal, na qual se analisam áreas de concentração, por mobilidade planetária, nas cidades de Lisboa e de Porto, considerando os casos de contaminação, daí decorrentes, ao norte de Portugal, em contraponto com áreas de menores concentração e mobilidade populacionais, ao sul do país (em Algarve, por exemplo), constatou que estas áreas apresentam menos registros de contaminados e de mortos. Segundo Ferrão, tal seria resultado da baixa densidade populacional e do isolamento. O autor levanta outro indicativo, quando informa que as aldeias mais longínquas, ainda que tenham populações predominantemente idosas, têm sido as menos afetadas, em função da menor mobilidade e do conseqüente isolamento, sob todos os aspectos.

Uma análise semelhante vem sendo feita pela equipe do epidemiologista Dr. Nicoletis no Brasil, buscando compreender a difusão do vírus. Concluiu-se, nessa análise espacial, que, se, num primeiro momento, o vírus se difundiu, através da mobilidade de determinadas classes sociais (ricos e classe média), via transporte aéreo e aeroportos e, assim, o vírus se globalizou, em outro momento, em grande parte do mundo, e no Brasil, particularmente, é observável que sua difusão se fez pelo transporte terrestre: ônibus, caminhões, carros. Esta análise é exemplificativa em dois eixos de dispersão: São Paulo-Campinas, seguindo em direção norte, e Porto Alegre-Novo Hamburgo (no trajeto do Trensurb).

Da mesma forma, Pedro Viana (2020), avaliando a dispersão, a partir dos mapas elaborados no laboratório que coordena, na UFPB, também demonstra que a maior intensidade de contágio ocorreu nas cidades, ao longo da rodovia que liga João Pessoa a Campina Grande, a Pombal, a Patos, a Cajazeiras, entre outras cidades da Paraíba.

Na mesma perspectiva, porém, sob condições de transporte fluviais, merece referência o eixo de circulação da hidrovia do rio Solimões, na Amazônia, como grande difusor da epidemia.

Há, pois, uma dimensão espacial a ser considerada, há uma Geografia dos lugares que precisa ser levada em conta, pois essas geografias permitirão conhecer as

especificidades dos lugares e contribuir para a análise geográfica destes contextos, sem, contudo, privilegiar uma única dimensão, levando em conta todas as dimensões que a questão exige, para a sua explicação.

Na perspectiva regional, espaços isolados e dispersos têm sido menos afetados, menos infectados. Note-se que tais espaços seriam os de menor infraestrutura hospitalar, por exemplo, mas o isolamento mais ou menos histórico desses lugares, a fraca dinâmica econômica que os caracteriza e a pequena mobilidade que os distingue, isto é, seus isolamentos espacial, econômico e social, tornam-nos menos vulneráveis.

Ao contrário, a disseminação do Coronavírus na mais longínqua e interiorizada Amazônia demonstra que o isolamento espacial, por si, só, não evita o contágio, quando esse isolamento exige mobilidade, seja para garantir a sobrevivência, seja para ir ao encontro de infraestruturas de saúde.

Nas periferias urbanas, a distância do centro, em relação à periferia, é menor, comparada às distâncias na Amazônia, e a aglomeração/aproximação são dimensões espaciais evidentes, portanto constituem lugares de maior vulnerabilidade ao contágio e, por outro lado, de escassez de infraestrutura sanitária e de saúde, indicando o distanciamento social, as quais, em meio a uma pandemia, expressam o alargamento da distância entre as classes sociais.

Cabe, no entanto, trazer uma última categoria, que adquire uma dimensão importante neste momento: o **acolhimento** e o seu contrário. Nessas áreas periféricas e, mesmo, em regiões de fronteiras, é possível observar a dimensão do acolhimento, que é feito pelas organizações sociais e por outros tantos movimentos, para suprir as necessidades e as demandas de populações, ocupando, assim, o espaço que deveria ser atendido por políticas de Estado. Tais ações de apoio asseguram a essas populações um relativo isolamento e uma maior possibilidade de sobrevivência.

Não obstante, em outras escalas, como em fronteiras nacionais, observa-se, em grande parte, o fechamento ou um maior controle, constituindo-se em uma prática de isolamento territorial, em que o desacolhimento do outro se torna visível. Isto é observado, em relação aos migrantes, aos exilados políticos ou ambientais e aos turistas em deslocamento, por exemplo.

A IMPORTÂNCIA DE RESSIGNIFICAR O CONCEITO DE AMBIENTE NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

Ressignificar o conceito de ambiente na Geografia consiste em entender que a questão ambiental, embora possa ser trabalhada na sua especificidade, é uma das dimensões da produção do espaço (geográfico), que está implicada, de maneira ampla, na valorização, na mercantilização da natureza e nos processos de produção capitalista do espaço geográfico.

Na produção do espaço (geográfico), estão imbricados o valor de uso e o valor de troca. O valor de troca é a dimensão fundante dos processos de produção e de circulação de mercadoria no capitalismo.

O processo histórico de difusão do capital promoveu uma expansão da apropriação da natureza, associada, no início, à ampliação do ecúmeno, na e para a exploração dos recursos naturais. Na atualidade, a mercantilização torna a apropriação da natureza natural e da natureza humana cada vez mais ampliada, interfere, de maneira drástica, na auto-eco-reorganização da natureza e, ao mesmo tempo, expropria populações originárias e tradicionais dos espaços de existência.

Dito de outro modo, no capitalismo, a natureza se transfigura, ou seja, a natureza natural, que originariamente se autoproduzia, passa por um processo de socialização (de transformação de primeira natureza em segunda natureza) e, na atualidade, esgota-se, finda-se, em escala global. Este processo produz ambiente (natureza transfigurada).

[...] pensar o ambiente em Geografia é considerar a relação natureza/sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem. Processo este que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma, também, a natureza humana. (SUERTEGARAY, 2004, p. 196)

Em síntese, a questão ambiental tem sido a expressão de conflitos sociais, políticos e econômicos e, também, de conflitos na própria forma de conceber a natureza. Os conflitos sociais, sob a concepção de Alier (2007), são conflitos ecológicos distributivos, ou seja, expressam conflitos de apropriação de espaços/naturezas, que buscam novas formas de apropriação e de exploração, os quais, por sua vez, contrariam populações originariamente ocupantes do local/lugar.

São inúmeros os conflitos deste calibre distribuídos pelo mundo. Por vezes, conflitos ambientais são analisados como apropriação de recursos com transfigurações negativas na dinâmica da natureza, contudo a questão ambiental permite compreender que parte considerável destes conflitos ambientais revela conflitos territoriais.

Por fim, defende-se, aqui, outra concepção de análise ambiental na Geografia, que considere, não, apenas, os impactos na natureza (como na Biologia/Ecologia), mas que reconheça tais impactos na vida humana, explicitando os conflitos sociais destes decorrentes.

PARA FINALIZAR

Espero que esta breve exposição tenha trazido mais elementos, para tecer novas reflexões sobre o tema sugerido. Para finalizar, gostaria de promover uma discussão conceitual, envolvendo o significado de ambiente para a Geografia. Penso que as análises ambientais no contexto geográfico estão ainda muito vinculadas à decifração de impactos na natureza, o que é uma herança que assumimos, a partir da Biologia. Penso que nós, geógrafos, precisamos pensar o ambiente, sob uma perspectiva social. Tal não descarta avaliar as consequências da apropriação e da exploração da natureza pelos processos sociais e pelos processos, que determinam sua devastação, implicando, também, considerar as consequências destes processos para a vida, em geral, e para a vida humana, em específico, e para as diferentes escalas, sobretudo, na escala local, do lugar, isto é, do lócus de existência.

A discussão ambiental e a luta por justiça ambiental são, hoje, temas presentes na agenda internacional, que, infelizmente, vêm sendo desconstruídos em nosso país, em nome do devastador interesse de exploração da natureza, representado pela exploração de florestas, de minérios, de áreas de beleza cênica, de áreas pesqueiras, pela apropriação dos recursos hídricos e pelas expansões, nos diferentes biomas, do agronegócio, da silvicultura e da atividade pastoril.

Essas questões, em pauta, hoje, terão que ser decifradas, para um melhor entendimento dos temas ambientais nas suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e na transfiguração da natureza nestes contextos, considerando suas consequências locais e planetárias.

Para isto, há a necessidade de articulação em diferentes escalas, sejam elas espaciais, sejam elas temporais, sejam elas conceituais.

O presente relato reflexivo serve para dizer, de outra forma, que o mundo atual precisa da Geografia, pois o mundo pós-pandêmico terá implicações espaciais, decorrentes das transformações sociais em curso, e já é possível visualizar mudanças no mundo do trabalho, na geopolítica mundial, na educação e, talvez, no consumo, na produção de alimentos, no lazer, na circulação global de pessoas e de mercadorias, nas relações humanas, de grupo e, mesmo, nas interpessoais. Tais mudanças lançarão novos espaços geográficos, além dos que já estão sendo produzidos.

Só não sabemos, ainda, de que forma o debate sobre essas transformações será colocado ou para onde o pêndulo se moverá: se para a direita ou para a esquerda; se será para os lados do individualismo extremado e da violência sem fim ou se será para os do acolhimento solidário e da justiça social/ambiental.

Por isso, tenho refletido sobre o ato de pesquisar, a partir do qual costumamos orientar nossos alunos, dizendo que, para organizar um projeto, precisamos responder aos questionamentos: **o que?; por quê?; como?; e para quem pesquisar?**. Para além disso, penso que devemos orientá-los a pensar, ainda, sobre **com quem pesquisar**.

Responder a esta pergunta é fazer uma opção, no sentido de direcionar a pesquisa para os grupos sociais mais vulneráveis, no sentido de, além de buscar entender seus espaços de vida, encontrar com eles a possibilidade de superação das suas necessidades, através da compreensão deles e nossa, a respeito do mundo em que se vive. Esta superação será nos campos do acolhimento e da tomada de consciência sobre a necessidade de transformação social, que poderá ser feita, a partir da resistência dos lugares e da luta pela manutenção da vida da humanidade na sua diversidade na e com a natureza, no campo e na cidade.

Pesquisar com é, no meu entendimento, uma forma de educar. Mais do que sempre, a educação é prioridade. Enfim, concluo este texto com palavras de Daniel Munduruku, em seu texto *Para além da pandemia* (DA SILVA; DA SILVA; GURGEL 2020):

Eu queria, mas não sou profeta para garantir que isso ira de fato, acontecer. O que me resta, como viajante do tempo presente, e lutar para que o amanhã seja menos cruel e mais poético e que possa receber nossas crianças e jovens de braços abertos.

REFERÊNCIAS

- ALIER, Juan Martinez. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379p.
- CAPRA, Fritjof. Fronteiras do pensamento - Fritjof Capra. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/videos/fronteiras-do-pensamento-2020>. Acesso em: 18 out. 2020.
- FERRÃO, João. A geografia da covid-19: algumas precisões. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/16/sociedade/opiniao/geografia-covid19-precisoos-1912527>. Acesso em:
- LATOUR, Bruno. Onde Aterror? - Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 160p.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- MUNDURUKU, Daniel. Para além da pandemia. In: DA SILVA, Marcia Regina Farias; DA SILVA, Carlos Aldemir Farias Dutra; GURGEL, Maria da Conceição Farias da Silva (org.). Ecos do Fim do Mundo: mudanças ambientais e vida social em tempo de COVID-19. São Paulo: Livraria da Física, 2020. p. 18-20.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80p.
- ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE SOLIDARIEDADE. É preciso interromper as negociações comerciais com Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-e-preciso-interromper-as-negociacoes-comerciais-com-Bolsonaro-/4/48204>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- SMITH, Neil. What's left? Neo-Critical Geography, Or, The Flat Pluralist World of Business Class. Antipode, v. 37, n. 5, p. 887-899, nov. 2005.
- SOARES, Daiane Almeida Santos. Reflexões sobre a relação da covid-19 com o meio ambiente. In: DA SILVA, Marcia Regina Farias; DA SILVA, Carlos Aldemir Farias Dutra; GURGEL, Maria da Conceição Farias da Silva (org.). Ecos do Fim do Mundo: mudanças ambientais e vida social em tempo de COVID-19. São Paulo: Livraria da Física, 2020. p. 139-143.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da Geografia. In: SILVA, Aldo Dantas; GALENO, Alex (org.). Geografia – Ciência do Complexus. Ensaios Transdisciplinares. Curitiba: Sulina/UFPR, 2004. p. 181-208.